

A GREVE GERAL E SUAS LIÇÕES: UMA CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE

Setembro de 1987

SUMÁRIO

- I. Introdução
 - II. A Greve geral e seu significado na Conjuntura
 - III. Antecedentes da Greve
 - IV. A CUT marca a data da Greve e a CGT aposta no esvaziamento
 - V. A burguesia mostra o poder de seus meios de comunicação
 - VI. Greve no Norte e Nordeste, Marasmo em São Paulo e Minas
 - VII. Avaliando os resultados
 - VIII. Desmistificar as formas de luta
 - IX. Os principais erros de direção
 - X. Algumas lições que a Greve apontou
 - XI. Consequências da derrota para a CUT e a CGT
 - XII. Algumas palavras sobre o novo peleguismo e como com
-

I. INTRODUÇÃO

As Jornadas de luta realizadas pelos trabalhadores no último dia 20 de agosto e convocadas como Greve geral pela CUT e CGT foram uma experiência importante no processo de aprendizado político do nosso jovem proletariado. Uma luta deste porte - na vitória ou na derrota; no sucesso ou no fracasso - traz sempre importantes lições para todos os que interferem na luta de classes desde a perspectiva dos interesses históricos da classe operária.

Desta forma, nos parece saudável, justo e necessário todo o debate que está ocorrendo em torno desta recente experiência. O presente texto é, assim, uma contribuição inicial ao esforço das várias correntes de opinião do PT e da CUT no sentido de extrair, apreender e tirar consequências de todo o aprendizado que aquele processo de luta ensejou.

Com a presente contribuição, emitimos o nosso entendimento sobre o que é uma greve geral em nosso país, seu significado nesta conjuntura; levantamos os antecedentes da greve e a postura da CUT e da CGT no período que precedeu ao 20 de agosto. Em seguida, destacamos o peso que a imprensa burguesa jogou nesse processo; avaliamos o movimento no dia mesmo da greve, onde concluímos que se tratou de um movimento parcial que foi derrotado em seus objetivos. A par desse posicionamento, procuramos recolher as lições da derrota, discutindo, inclusive, a relação forma de luta/condições subjetivas/avanço ou atraso do movimento; esforçamo-nos para localizar as causas principais da derrota, bem como destacamos os principais erros de direção. Posteriormente, comentamos aquelas que, a nosso ver, são as lições que este movimento apontou, bem como quais foram as decorrências para a CUT e para a CGT.

Finalmente, tendo em conta que consideramos que nesse processo o chamado "sindicalismo de negócios" fortaleceu-se de alguma forma, procuramos caracterizá-lo, discutir o seu significado na luta de classes, seu fôlego e por onde devemos combatê-lo.

Ao longo deste texto tecemos várias considerações críticas acerca da atuação da CUT. Como membros e apoiadores desta Central, parte importante dessas considerações representa uma autocrítica da nossa intervenção no processo. Por outro lado, deixamos de abordar nesta contribuição a relação PT/CUT e todos os aspectos que disso decorrem – o que faremos no transcurso do debate dentro do nosso partido.

Cabe assinalar que os signatários desta contribuição recolherão com a melhor boa vontade todas as críticas que ela eventualmente venha suscitar.

São Paulo, setembro de 1987.

IVAN VALENTE

Deputado Estadual/SP

Membro dos Diretórios Regional e Nacional do PT

CÂNDIDO VACCAREZZA

Membro da Executiva Estadual/SP e do Diretório Nacional do PT

LUÍS SERGIO GOMES DA SILVA

Vice-Presidente do Sindicato dos Psicólogos/SP

II- A GREVE GERAL COMO FORMA DE LUTA E SEU SIGNIFICADO NA CONJUNTURA

1. À luz de qualquer análise, ainda que superficial, da situação econômico-social do país e, em particular, das classes trabalhadoras, torna-se ocioso discutir se, do ponto de vista das condições objetivas, estavam dadas ou não, se se fazia ou não necessária a deflagração de uma greve geral como resposta dos trabalhadores a tal realidade. O Plano Bresser-Sarney, voltado para estabilizar a economia às custas da classe operária e do povo pobre, o brutal confisco salarial nele embutido, o aprofundamento da recessão e do conseqüente desemprego, a miséria, bem como a violência oficial e "oficiosa" sobre as populações das periferias das grandes cidades e sobre o campesinato pobre e trabalhadores sem terra, o engodo da reforma agrária, etc. São elementos que, por si só, já seriam suficientes para justificar todas as ações políticas dos trabalhadores. Se acrescentarmos isso, o rolo compressor burguês-conservador no Congresso Constituinte, a crise do governo Sarney e suas peripécias criminosas outras contra o povo, teremos, então, uma situação a exigir de fato respostas globais, unificadas e centralizadas do conjunto dos oprimidos.

2. O necessário esforço de avaliação da greve geral do dia 20 de agosto p.p. deve envolver, assim, algumas indagações que, para além do juízo se a greve foi ou não vitoriosa, centram-se, nas condições subjetivas para a sua deflagração. A saber: a disposição de luta das massas; o trabalho e a postura da direção do movimento antes e durante a greve; a plataforma de reivindicações; o "momento da greve"; etc..

3. Antes de passarmos à avaliação propriamente dita é necessário sublinhar que, quando falamos de Greve geral no Brasil (e, portanto, tendo em conta a sua dimensão territorial, a profunda desigualdade de implantação e de ritmo do desenvolvimento capitalista, suas diversidades regionais, desigualdade de organização sindical e política dos trabalhadores, etc.) estamos falando não de uma paralisação global das atividades – da indústria da informática ao botequim do "seu Manuel da esquina" – mas de uma jornada de lutas, que comporta variados tipos e formas de protesto, e tem como centro de gravidade a greve de caráter nacional nos principais ramos de atividade econômica.

3.1. Estamos falando, assim, não da greve geral que desencadeia a "insurreição operária e popular", preconizada em todas as conjunturas por algumas correntes político-sindicalis, que põem no liquidificador político elementos do anarco-sindicalismo com heranças do ultra-esquerdismo europeu da década de vinte. Referimo-nos, pois, a uma luta - mais precisamente a uma luta unificada e centralizada nacionalmente as condições e o estágio atual de consciência dos oprimidos, a dispersão, a atomização, o imediatismo e o economicismo que vêm caracterizando os embates dos trabalhadores brasileiros contra os patrões e o governo constituir-se-ia, em sendo vitoriosa, uma forma de luta superior e num passo adiante no processo de luta e de desenvolvimento da consciência da classe

operária e do povo. Uma forma de luta que, na atual conjuntura, por ser uma demonstração cabal e massiva da insatisfação e da disposição de luta dos "de baixo" contra as intenções e ações efetivas das classes dominantes, significaria um formidável poder de pressão sobre o governo e o Congresso Constituinte, acirraria as contradições interburguesas, apressaria o deslocamento de bases sociais e políticas da "nova república" para o campo da oposição, contribuiria para alçar a luta de massas ao patamar político e para que os trabalhadores compreendessem ou se compreendessem enquanto sujeitos políticos com poder de fogo. Numa palavra, nas condições concretas da luta de classes no Brasil, hoje, uma greve geral vitoriosa acumularia forças no campo operário e popular, pois contribuiria para a superação da dispersão e atomização das lutas e para o fortalecimento da capacidade de centralização e direção da CUT, além de se constituir em importante experiência de lutas.

3.2. Por tudo isso, a greve geral a que aludimos seria (e é) resultado de todo um acúmulo organizativo e de experiência de luta conquistado pelo movimento de massas. Isto inclui, com destaque, todo um esforço de direção e um acentuado grau de unidade dos trabalhadores, ao menos na ação. No entanto, ela jamais poderia ser encarada como uma bandeira de luta, quase que a ser inserida nas plataformas formuladas pelo movimento operário e popular. Portanto, como forma de luta que é, a greve geral deve ser encarada enquanto um recurso que podemos ou não adotar; tudo dependendo das exigências de cada momento e das condições do movimento de massas para implementá-lo.

III ANTECEDENTES DA GREVE

O anúncio e a implementação do "Plano Bresser-Sarney" deixou patente as intenções do governo em levar adiante o processo de penalização das já miseráveis condições de vida da maioria da população e a adoção de uma política explícita do confisco salarial e de impulso ao desemprego que, àquela altura, já se mostrava uma realidade evidente.

4.1. Indicadores da situação insuportável em que vivia e vive a população pobre foram os inúmeros saques que se registraram nas grandes cidades, particularmente em São Paulo, antes e depois do malfadado plano. A estes fatos somou-se de maneira inquestionável o quebra-quebra do Rio de Janeiro.

4.2. Todas estas ocorrências se expressam a miséria das massas, também sinalizam explicitamente o grau de insatisfação política do povo; ou antes, são a forma característica de expressão política dos enormes contingentes dos marginalizados do nosso país. Isto se torna mais claro se nos recordarmos que foi a esta época que se registraram, também no Rio de Janeiro, as manifestações populares contra Sarney que culminaram com o "nebuloso" ataque ao ônibus da comitiva do biônico e com o desencadeamento da repressão, com a utilização da famigerada LSN contra opositores do governo.

4.3. Ainda no plano político, e com um grau superior de organização e expressão, registraram-se antes e depois do Plano Bresser os massivos comícios pelas diretas de Brasília, São Paulo e Caruaru. Movimento para o qual o PT teve destacado papel impulsionador.

4.4. Todos esses fatos configuram uma situação, naquele período, de crescente desgaste do governo e, sobretudo, de indignação popular. Foi, em parte, também, captando corretamente esse clima das ruas que a própria convenção do PMDB optou por uma solução em que, se evitava o confronto aberto com Sarney, também impedia a capitulação escancarada aos desejos do "príncipe".

4.5. Num movimento contrário a esse clima, no final do mês de julho, verifica-se, por uma série de erros do campo cutista, a derrota da oposição no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Não bastasse o seu significado geral nocivo para o avanço das lutas da classe operária, em particular, esta derrota veio fortalecer e dar base para a explicitação, com grande aparato de marketing político, do "new look" ideológico do peleguismo. Este novo visual pelego, que se autobatizou cinicamente com o sugestivo nome de "sindicalismo de resultados", passou à ofensiva, torpedeando (desde um ponto de vista acintosamente patronal e num linguajar acessível e simpático aos setores mais atrasados dos trabalhadores) não apenas reivindicações históricas do movimento sindical (redução da jornada semanal de trabalho para 40 horas, estabilidade, etc.), mas, com particular virulência e desembarço, a greve geral, qualificada de reivindicação "política" distante de "dar resultados". Entenda-se resultados, aqui, não no sentido de conquistas econômicas e políticas efetivas pelos trabalhadores e sim a negociação da concessão daquilo que já é direito adquirido - o resíduo, por exemplo. O mais grave é que a dupla Medeiros/Magri apresenta tais migalhas como conquistas de uma "nova" prática sindical "apartidária", hábil e que privilegia a negociação em detrimento do "radicalismo".

IV. A CUT MARCA A DATA DA GREVE E A CGT APOSTA NO ESVAZIAMENTO

5. Ante o pacote econômico do governo, com suas terríveis conseqüências para os trabalhadores, como era de se esperar, o movimento sindical se posicionou de forma diferenciada quanto à necessidade de respostas. Por um lado, a CUT enquanto expressão organizativa do que há de mais avançado e combativo no movimento sindical, após um momento de indefinição, chama o movimento sindical para realizar uma greve geral numa primeira hora para o dia 15/7 e depois no dia 12 de agosto.

6. A CGT, por seu turno, se divide. A sua maioria pelega, capitaneada por Medeiros e Magri, aposta na negociação com o governo. Por isso, jogam na desmobilização e tudo fazem para evitar quaisquer vestígios de unidade com a CUT. A corrente encabeçada pelo PCdoB quer ir à greve e ameaça encampar isoladamente a proposta da CUT. Joaquinção, percebendo as ameaças à sua liderança e ante toda essa turbulência em suas hostes, trata de dar uma de Ulisses Guimarães, procurando manter a unidade e buscando preservar a permanência do PCdoB dentro da sua Central, como forma de se "escorar" ante o avanço do "neo-peleguismo".

7. O reconhecimento da impossibilidade de, isoladamente, levar a Greve geral; o fato de que o 12/8 coincidia com o término das férias coletivas de importantes contingentes metalúrgicos de São Bernardo do Campo e considerando, ainda, a necessidade de explorar as contradições dentro da CGT, levou a direção da CUT a modificar para o dia 20/8 a data da greve, como forma de unificar o movimento.

7.1. Independentemente dos motivos, é importante assinalar que a busca da unidade em cima da data por parte da CUT tem um sentido politicamente correto, ainda que, infelizmente, já fora do tempo hábil para viabilizar com sucesso a greve e depois de passar para a base a vacilação de que efetivamente estava tomada.

8. Entretanto, o esforço pela unidade não redundou em ganhos no processo de preparação no centro-sul. A maioria pelega da CGT continuou apostando e trabalhando pela desmobilização. Não bastasse o trabalho neste rumo no interior das categorias, a dupla M/M fez com gosto, pela grande imprensa, o papel de "inimigo do povo". Aqui, ao lado da defesa do capitalismo e das bandeiras levantadas pela direção da FIESP, campeou a defesa do "partido da burguesia" nos sindicatos operários camuflada pelo demagógico combate à partidização das entidades. Em nome do combate à transformação dos trabalhadores "em massa de manobra dos partidos políticos", aquela dupla defende a manutenção dos trabalhadores manobrados pelos testas-de-ferro dos patrões, devidamente travestidos de "líderes sindicais apartidários". É isto em essência o que se denomina "modo norte-americano de fazer sindicalismo".

8.1. As sucessivas marcações e adiamentos da data da greve acabaram por servir aos interesses dos inimigos de classe. Os efeitos da conjuntura recessiva passaram a se fazer sentir de forma mais intensa sobre os trabalhadores. Cresceu, inclusive, o temor do desemprego com todo o significado desmobilizador que isto representa. Este cenário, pois, dava base para que a pregação anti-greve da grande imprensa e a sabotagem da maioria pelega da CGT prosperassem. É necessário reconhecer, inclusive, nesse sentido, que este segmento da CGT mostrou competência: forçar adiamentos era a sua tática para inviabilizar a paralisação.

8.2. Mas, os adiamentos também serviram ao duplo interesse da FIESP de desmobilizar a greve e de usar o movimento como forma de pressão sobre o governo, a fim de arrancar deste último maiores concessões dentro do Plano Bresser. Neste sentido Mário Amato lançou-se a campo para "negociar" com os trabalhadores ações conjuntas contra a política do governo.

V. A BURGUESIA MOSTRA O PODER DOS SEUS MEIOS DE DOMINAÇÃO IDEOLÓGICA

9. Ao lado da repressão e ameaças dentro das fábricas, dos bancos e estabelecimentos comerciais, do temor do desemprego, das ameaças Como as do prefeito Jânio Quadros e outros governantes, da presença da polícia e das FFAA, a imprensa burguesa jogou um peso de grande envergadura para os destinos da greve. Além de fazer "subir as estrelas" Magri e Medeiros, os jornais, o rádio e a TV trataram de "matar e enterrar" a greve antes mesmo da sua marcação. Todos os meios de comunicação burgueses através copiosos editoriais e longas reportagens, ao tempo em que jogavam na desmobilização da CUT, sobretudo, decretaram o fracasso da Greve geral antes, durante e depois do dia 20.

9.1. Houve jornais, como a Folha de São Paulo, que chegaram ao absurdo de afirmar, no dia 21/8, que não houve greve, quando na mesma página esqueceram-se de apagar o registro do movimento grevista no nordeste, em Mato Grosso, Paraná e no Rio Grande do Sul.

10. A burguesia tinha claríssimo que esta greve estava distante de ser desestabilizadora de sua ordem. Ela percebia, no entanto, que a greve geral, caso fosse vitoriosa, poderia se configurar enquanto um momento especial dentro do ainda lento processo de alteração do nível de consciência e na intervenção dos trabalhadores na conjuntura. Estes poderiam, por exemplo, tornar menos frágil a sua presença no

jogo político. Poderiam, por exemplo, fazer com que os trabalhos do Congresso Constituinte deixassem de ser somente toma lá, dá cá dos grupos "moderado", "consenso", etc., da pressão corruptora e desavergonhada dos "lobbies", da tutela escancarada das forças armadas e dos "puxões de orelha" de Leônidas Pires em Fernando Henrique Cardoso. Teriam que levar em conta, também, a insatisfação política explícita dos oprimidos.

10.1. A burguesia, portanto, tinha suas razões para desencadear a ofensiva que levou a cabo através seus meios de comunicação contra a greve. Nesse sentido incorreram em sério equívoco político aqueles dirigentes combativos que, ante os impasses do movimento, deram entrevistas à imprensa para discutir tais impasses, ao invés de travar a luta política com radicalidade no interior das instâncias da CUT. É que, independentemente de fazer uma avaliação correta sobre as condições para a deflagração da greve, contribuiu para aprofundar o clima de insegurança e vacilação que, àquela altura, tomava conta dos ativistas e dirigentes cutistas. Assim, tais entrevistas só poderiam ser usadas para voltar as palavras desses companheiros contra o movimento.

VI. GREVE NO NORTE E NORDESTE, MARASMO EM SÃO PAULO E MINAS

12. Em que pesem os obstáculos acima enunciados (repressão, temor do desemprego, concessão do "abono", resíduo, trabalho de sapa de importantes segmentos da CGT, o peso da imprensa, etc.) e outros que serão abordados adiante, o dia 20 de agosto não foi um dia normal no Brasil. Em pelo menos dezessete estados, no Distrito Federal e no território do Amapá houve greve, em maior ou menor grau. Todas as evidências são de que houve um significativo clima de greve e de protestos variados nos Estados do Acre, Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Sul. Em menor grau, realizou-se paralisação de importantes categorias e manifestações no Rio de Janeiro (com destaque para a greve na ferrovia da Central do Brasil e na Cia. Siderúrgica Nacional); Espírito Santo, Santa Catarina, Paraná, Rondônia, Sergipe e no Mato Grosso e, ainda, no Distrito Federal. Inegavelmente, a greve fracassou nos estados de São Paulo, Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e no Amazonas.

VII. AVALIANDO OS RESULTADOS

13. É evidente que esta greve teve menor amplitude do que aquela realizada contra o "Cruzado II", em 12 de dezembro de 1986. Entretanto, é necessário ressaltar e, sobretudo termos presente em nossas avaliações, que ela significou, particularmente no nordeste, um importante protesto contra o governo da "nova república". Mais do que isso, pela incorporação de formas de luta combativas (e que, em alguns locais, se configuraram como atos localizados de efetiva desobediência à ordem - com destaque para a resistência dos operários da CSN à invasão do Exército); pela irradiação dos protestos para várias cidades do interior de alguns estados do nordeste; pela participação dos trabalhadores rurais em várias localidades, realizando manifestações, obstruindo estradas, etc., a jornada de luta em questão incorpora um conjunto de vivências e de aprendizado para a vanguarda e para os novos ativistas que não apenas contribui para a formação desta militância, como precisam ser recolhidos e apreciados enquanto ensinamentos para futuros embates.

13.1. A performance que as regiões Norte e Nordeste exibiram na paralisação de 12 de dezembro e nesta última demonstra o peso que os setores combativos vêm conquistando no interior do que existe de organizado em termos de movimento de massas. Performance essa que, sobretudo no Nordeste, se deve, também, a um conjunto de fatores inter-articulados; dentre eles:

a) o menor índice de derrotas experimentadas pelos trabalhadores daquela região na luta por reivindicações econômicas, comparativamente aos do centro-sul;

b) ao menor aprendizado das classes dominantes locais no enfrentamento de movimentos deste porte;

c) a presença recente de governos estaduais que até ontem estavam na oposição e que têm, de alguma forma, que preservar a fachada "democratizante" com que foram eleitos; etc.

13.1.1. Importa, inclusive, à direção da CUT atentar para a necessidade de investir no sentido de solidificar cada vez mais o trabalho naquelas áreas, trabalhando, também, objetivando minimizar o "efeito de demonstração" que São Paulo exerce sobre as demais regiões do país. Ou seja, o fato do centro-sul não haver tido peso na greve induz nos setores mais atrasados de massas a idéia de que "não adianta pararmos porque os outros não param".

14. Todavia, o fato da greve não haver ocorrido no coração do parque industrial, comercial e de serviços e centro menos avançado da luta de classes do país, bem como por não haver se verificado em categorias chaves (petroleiros, bancários, metalúrgicos de São Paulo, etc.) reduziu

significativamente o impacto político da paralisação. Isto foi decisivo para que com ela o movimento operário e popular não atingisse os objetivos que estavam postos para ele na conjuntura. Tampouco, a Greve resultou em alteração qualitativa no modo pelo qual os trabalhadores vêm intervindo na luta de classes do país. Tivemos, assim, UMA GREVE PARCIAL. Por tudo isto, SIGNIFICOU UMA DERROTA POLÍTICA PARA OS TRABALHADORES.

15. Este resultado representa, pois, uma vitória momentânea do governo e, em consequência, as classes dominantes sentem-se mais à vontade para levar à frente a transição conservadora por uma via ainda mais desfavorável para os trabalhadores e a maioria da população. É sintomático que as diretas para presidente, por exemplo, tenham deixado de ocupar espaço na grande imprensa e que as contradições interburguesas e as grandes questões referentes ao "reordenamento" do estado burguês tendam a ser equacionadas à moda das "velhas raposas", em conchavos de pequenos grupos. É revelador, também, não somente o desembaraço e ofensiva dos altos escalões das FFAA no sentido de deixar explícita na nova Constituição a tutela da corporação militar sobre o conjunto da sociedade, como o fato de que toda a questão do mandato de Sarney esteja sendo posto em discussão tão somente em função das barganhas de verbas dos governos estaduais.

16. O movimento em pauta também significou uma derrota porque ensejou, destacadamente em São Paulo, um desgaste da direção cutista junto aos setores mais atrasados das massas, dando base, como contraposição, a que se fortalecesse, ao menos momentaneamente, o "novo visual pelego", encarnado por Magri e Medeiros. Esta situação emprestou, inclusive, um gás adicional a esses setores para que retomassem o projeto de fundação da CGT/ABC. Não fosse o excepcional resultado das eleições do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, ainda hoje estaríamos presenciando o espetáculo diário de enchimento da bola do "Sindicalismo à la americana" pela grande imprensa.

17. A conjuntura de recessão e de desemprego, inequivocamente age como elemento desorganizador das lutas; todavia, as condições de miséria das massas e o brutal arrocho salarial, já próximo de atingir o limite da reprodução física da força de trabalho, continua a impulsionar os trabalhadores a embates em torno de reivindicações de caráter econômico. Este dado, entretanto, não nos autoriza a tirar conclusões triunfalistas, como fazem alguns setores que catalogam as greves e o número de grevistas (basicamente pelo aspecto quantitativo) e disso deduzem que os trabalhadores estão dispostos a ações de grande envergadura política neste instante. Eles abstraem, sobretudo, o nível de consciência das massas e o próprio móvel de tais lutas, bem como confundem combatividade e explosividade com condições organizativas para levar a cabo a greve que todos do campo cutista desejamos.

18. Se pensarmos a derrota da greve geral dentro do auge de greves (mal sucedidas ou com ganhos pouco significativos) em torno de reivindicações econômicas, a conclusão óbvia a que chegaremos é a de que este insucesso atuará como elemento inibidor, na atual conjuntura, de novas ações desta magnitude. Mais do que isto, se tomarmos em conta os sucessivos erros que foram cometidos ao longo do processo de preparação da paralisação, o atual nível de consciência do Jovem proletariado brasileiro, sua falta de tradição em embates deste alcance e a própria atitude da direção da CUT em mantê-la, quando tudo estava a indicar os resultados, haveremos de reconhecer que a forma de luta GREVE GERAL sai desgastada.

VIII. DESMISTIFICAR AS FORMAS DE LUTA

18.1. Este fato é tanto mais preocupante porque a conjuntura está a exigir respostas políticas cada vez mais amplas, centralizadas e unificadas nacionalmente do movimento operário e popular. Por outro lado, a greve geral, como vimos, se utilizada corretamente, poderia ser uma arma em nossas mãos a contribuir para o acúmulo de força nesta conjuntura. Este desgaste (que não pode ser entendido numa acepção catastrofista) vai implicar na exigência de que o movimento sindical volte a formas de luta menos complexas do ponto de vista organizativo e de menor impacto político.

18.2. Assim, se por um lado a realização de greves gerais é uma arma de que o proletariado brasileiro não deve dar-se ao luxo de aposentar ao longo de sua luta contra a burguesia no rumo de sua completa emancipação, por outro, é urgente a desmistificação desta forma de luta. É preciso superar politicamente em nosso meio dois tipos de equívoco e de primarismo político:

a) a postura daqueles companheiros que identificam mecanicamente qualquer recusa em adotar a forma de luta greve com peleguismo e;

b) as ilusões histórica e politicamente anacrônicas daqueles companheiros que, a par de sua elogiável combatividade, ainda insistem em pensar a revolução socialista no Brasil, abstraindo, por exemplo, a atual solidez do estado e da ordem burguesas e a necessidade de acúmulo de forças no campo operário e popular. Por este erro grave imaginam eles sempre próximo o desfecho da tomada do poder

pelo proletariado num processo em que, num abrir e fechar de olhos, a classe operária, pela "ação direta" e a "utilização da greve geral", faz o assalto ao estado e derruba a burguesia.

18.3. Sem dúvida a greve geral haverá de cumprir um papel importante no processo complexo de luta que culminará na conquista do poder político pela classe operária e seus aliados. Mas ela é apenas uma das formas de luta a que o proletariado recorrerá numa conjuntura de crise revolucionária. Há que se pensar, antes, numa conquista mínima de hegemonia pela classe operária face a burguesia, num acúmulo de experiências que vão desde a ocupação de espaços nas instituições burguesas, na consciência dos seus limites e da necessidade de superá-las, na constituição de todos os meios e mecanismos que possibilitarão a conquista e garantia do poder face as investidas da contra-revolução, etc. E quem em sã consciência pode afirmar que, em nosso país, estas questões estão postas na ordem do dia?

18.4. Portanto, a greve geral na atual conjuntura do Brasil pode cumprir um papel importante no acúmulo de forças no termo campo operário e popular. Todavia, a sua realização não pode ser considerada uma miragem a inebriar sindicalistas e ativistas. É preciso termos claro que o avanço do proletariado na luta de classes depende, também, da escolha de formas de luta compatíveis com as exigências de cada momento com destaque para o nível de consciência e de disposição de luta das massas, bem como para as condições organizativas do movimento.

18.5. Nesse sentido, a utilização de uma arma avançada como a Greve geral é alguma coisa que temos que fazer com um mínimo de critério para evitar o seu desgaste. A experiência internacional da classe operária registra importantes exemplos de que todas as vezes que em que se utilizou de forma inadequada esta forma de luta, ao fim e ao cabo, não apenas a direção se desmoralizou como contribuiu para minar a resistência do proletariado às contra-investidas ferozes da reação. Basta que se pense nas greves gerais na Alemanha no início dos anos 30, na desmoralização das greves de fim de semana no Uruguai, nos anos 60 e na experiência da COB Boliviana, uma das entidades que mais se utilizou desse instrumento de luta, inclusive, numa direção que muitos companheiros no Brasil costumam sonhar.

IX. OS PRINCIPAIS ERROS DE DIREÇÃO

19. Além dos obstáculos antes apontados somam-se outros elementos decisivos para a derrota da greve geral, particularmente em São Paulo. Em primeiro lugar e causa principal, a direção nacional da CUT não percebeu que o auge de indignação popular e de disposição de luta estava se verificando justamente no período das explosões do Rio de Janeiro, antes referidas, e da greve dos condutores de Manaus.

Este era o momento, senão para a deflagração da greve geral (visto que a sua preparação demanda todo um esforço de organização não existente naquele instante) para encaminhar protestos nacionais unificados de modo a dar curso àquela insatisfação no sentido de formas mais contundentes de luta, inclusive, no rumo da greve.

19.1. Estamos sustentando, assim, que existe um tempo para a realização da greve que a direção não considerou e, por isso, não tirou as melhores consequências do clima de desgaste do governo a que se seguiu à decretação do Plano Bresser-Sarney. Mais do que isso, a nossa opinião é a de que não havia condições subjetivas para a realização da greve no dia 20 de agosto. Portanto, a nosso ver, foi um equívoco político sério a sua manutenção a qualquer custo. O que se colocava naquele momento concreto era a suspensão da paralisação e a transformação daquela data num dia de protesto nacional - que deveria admitir todas as manifestações que os estados e categorias pudessem realizar contra o confisco salarial, o desemprego e por eleições diretas para presidente.

19.2. Todavia, isto não nos deve levar a perder de vista que o sucesso de uma greve geral depende, além de condições subjetivas adequadas, de um bom nível de organização. Trata-se, pois, de a cada momento fazer a "análise concreta da situação concreta". Nesse sentido, seria preciso atentar para o fato de que o 20 de agosto não poderia ser visto como a mera repetição do 12 de dezembro/86. É que naquela jornada de luta o elemento espontâneo - revolta contra o "Cruzado II" e contra a traição da burguesia nas eleições de novembro - aliou-se à estratégia de paralisação dos transportes, numa ação que pegou as classes dominantes "desprevenidas". Já naquele momento ocorreram dificuldades que infelizmente não avaliamos. Hoje, aquela vitória não se repetiria sem avançarmos no trabalho de organização.

20. Em segundo lugar, temos que considerar a confusão acerca dos objetivos da greve. A direção do movimento não conseguiu deixar claro se ela se destinava a arrancar do governo a reposição de 37,74% e, com isto, a revogação da sua política econômica (neste caso, uma greve reivindicatória) ou se visava realizar um protesto político dentro do processo de pressão sobre o Congresso Constituinte

no sentido de forçá-lo a consignar na nova carta os direitos dos trabalhadores e diretas já para presidente.

20.1. Para além da discussão sobre a eficácia de uma greve de 24 horas para arrancar conquistas dessa dimensão, é de se ressaltar que, ainda prisioneiro do economicismo, o movimento sindical combativo não conseguiu superar os limites da luta econômica e caiu no mero propagandismo, quando muito, da luta política.

21. Em terceiro lugar, em adição aos erros de direção já registrados, há que se assinalar a postura da CUT. Se verificarmos o seu comportamento em todo esse percurso concluiremos que ela cometeu erros decisivos. Não soube o momento de entrar na greve e manteve-se inflexível, mesmo diante da derrota que estava desenhada. Tomemos aqui alguns dos momentos mais importantes:

21.1. Plenária Nacional de 6 e 7 de junho/87 - A corrente majoritária tomou a iniciativa de propor uma série de resoluções que, se no seu sentido político se nos afigura correto (derrotando, inclusive, as visões economicistas que lá se expressaram), acabou por definir um calendário de lutas que colocava no mesmo plano o esforço de fazer a caravana à Brasília e a preparação da greve geral. Não compreendendo, pois que, uma vez aprovada a greve, esta seria a principal tarefa do semestre. Portanto, estava posto para o momento clarear os objetivos e a estratégia da greve geral.

21.2. A falta de clareza acerca da necessidade de colocar a preparação da greve geral como centro do esforço do movimento e a própria confusão sobre os seus objetivos na conjuntura, levaram a direção da CUT/SP a manter a realização do Congresso Estadual para quatro dias antes da greve. Isto é tanto mais sério se considerarmos:

a) que este Congresso visava tirar definições sobre "Concepção e Prática Sindical" e, com isto, a corrente majoritária objetivava realizar o "ajuste de contas" com os setores influenciados pelo anarco-sindicalismo e pelo esquerdismo que estiveram no centro dos equívocos que culminaram na derrota da oposição nos metalúrgicos de São Paulo.

b) que mesmo mantendo o Congresso, a corrente majoritária impôs um encaminhamento às discussões e deliberações naquele evento que subestimava (não por falta de alerta) os temas campanhas da Central e a greve geral; o que, de, redundou não numa discussão precária, mas na própria inviabilização da discussão sobre tais temas.

c) Portanto, a manutenção do Congresso Estadual de São Paulo, significa que o centro das preocupações da "coluna vertebral" da greve neste estado não estava voltado, ou pelo menos, não estava voltado exclusivamente para a realização da greve geral. Significa dizer que o que havia de melhor em termos de direção e de ativistas estava com o centro das suas atenções também (senão exclusivamente) voltadas para a tirada de delegados e discussão das teses. Para corroborar esta conclusão basta pensar nos sistemáticos fracassos das atividades programadas pelas zonais da CUT Metropolitana e pelo Diretório Municipal do PT, nas últimas semanas antes da greve. Isto, tanto em termos de presença quanto em termos de disposição para o trabalho prático, conforme ficou patente na última plenária da CUT estadual, quando fracassou a passeata/panfletagem pelo centro da cidade, porque mais da metade da plenária não se dispôs a participar. Outra evidência deste fato foi a reclamação de Jair Meneguelli, nesta última plenária, sobre a fragilidade do trabalho não apenas na cidade de São Paulo, como em São Bernardo do Campo, aonde, segundo suas próprias palavras, "não havia visto um só cartaz pregado".

21.3. A estratégia para realização da greve em São Paulo revelou também alguns equívocos de direção. Ao perceber corretamente a importância dos transportes coletivos (metrô, ferrovia, ônibus urbanos) para o sucesso da paralisação, a CUT, ao que tudo indica, acabou por abstrair as dificuldades de parar, sobretudo os condutores e ferroviários. Com isto acabou por fazer os destinos do movimento girarem quase que exclusivamente em torno dessa estratégia, o que induziu nas demais categorias uma visão profundamente equivocada. Qual seja, a de "pegar carona" na suposta possível paralisação dos referidos setores de transporte. Resultado: mesmo categorias como a dos bancários que decidiram em assembléia que iriam à greve, não cumpriram suas deliberações porque os transportes funcionaram.

21.4. Um outro erro político cometido pela CUT foi a postura adotada frente à ofensiva da burguesia e da pelegada na acusação de que "a greve era política". A tônica foi a defensividade. Faltou claramente uma atitude ofensiva precisamente na defesa da correção e da justeza do caráter político da paralisação. Fez falta uma posição incisiva e didática na demonstração dos objetivos políticos da greve. Inclusive, para colocar nos devidos lugares aqueles que imputavam à CUT a ingenuidade de querer, de estalo, fazer o "assalto aos céus".

21.4.1. Neste sentido evidenciou-se que a direção da CUT não tinha claro uma visão geral de tática e nem do lugar que a greve nela ocupava. Daí que o encaminhamento do trabalho de agitação das bandeiras da greve tornou-se uma espécie de "*laissez faire*" político, aonde em cada lugar, ao gosto do

freguês, fazia-se como queria. Em muitas localidades prevaleceu o simples propagandismo das diretas e em outras ilusões esquerdistas de alguns setores; que, apesar do viés economicista, ainda não desistiram de fazer da greve geral uma panaceia capaz de, em todas as conjunturas, alterar a correlação de forças, mudar a consciência dos trabalhadores e de precipitar a crise revolucionária.

X. ALGUMAS LIÇÕES QUE A GREVE APONTOU

22. Uma das principais evidências que esta greve apontou foi a da urgente necessidade de superarmos as debilidades de direção do movimento. Debilidades que são maiores do que habitualmente admitimos. Está colocado na ordem do dia todo um esforço de capacitação e de politização dos dirigentes sindicais. Uma capacitação que dê conta não somente da formação de "sindicalistas", mas de agentes transformadores da realidade que, nesta condição, se exercem como dirigentes sindicais. Ao invés de sindicalistas que fazem política, o movimento está a necessitar de políticos que sejam sindicalistas. Isto é, de dirigentes que, a par da incorporação da perspectiva "do presente e do futuro do movimento operário" (estratégia), incorporem e submetam a uma ação na luta de classes a uma compreensão minimamente rigorosa de cada momento histórico determinado (conjuntura) e das tarefas que daí derivam (tática). A greve também revelou toda uma necessidade de reavaliação da nossa experiência no sentido de avançarmos, cada vez mais, na construção de sólidos e massivos trabalhos de base. Isto requer, por um lado, maior enraizamento na "base", e por outro – sem recair no basismo, ainda não superado em muitas áreas e sem reforçar o "corporativismo" despolitizado, mas tendo em conta o nível de consciência e as reivindicações mais sentidas em cada lugar – fazer aflorar toda a universalidade da luta de classes que se manifesta e esconde nas particularidades de cada esfera do movimento de massas.

23. O processo em análise mostrou que o sindicalismo combativo vive uma "encruzilhada" em seu desenvolvimento. Ele que emergiu como resposta dos trabalhadores, por um lado ao desenvolvimento da luta de classes sob o capitalismo que se consolidou no Brasil e, por outro, ao imobilismo dos pelegos; à falência histórica do reformismo do PCB e aos equívocos e "ausência" da esquerda revolucionária, só poderia carregar as marcas do rico e contraditório processo do qual se originou. Ocorre que a atual conjuntura coloca-nos desafios de tal complexidade que a simples combatividade e mobilização de base são insuficientes.

23.1. Essa "encruzilhada" se expressa numa compreensão ainda limitada (e muitas vezes até numa recusa) da necessidade de "fazer política"; numa inflexibilidade política que, em muitos casos toma a forma de sectarismo; num estilo de direção que não leva em conta as exigências de explicitação de posição e de debate e disputa fraterna, aberta e democrática em torno de eventuais divergências, no interior do nosso campo; numa política de "rolo compressor" sobre posições diferentes, etc.

23.2. São tais características que levam a manifestações gravemente equivocadas de algumas lideranças expressivas. Em várias ocasiões elas deixam de "comprar a briga" política nas instâncias competentes do movimento para, depois dos fatos, tecerem críticas pela imprensa ao encaminhamento das ações. O último congresso estadual da CUT/SP e as plenárias preparatórias da greve geral são exemplos de como este desvio se manifesta. Era comum ouvir-se "conversas de corredor" em que sindicalistas e ativistas expressavam sua opinião de que a "minha categoria não tem condições de parar"; que "está difícil sair a greve", etc., entretanto, tais opiniões jamais eram colocadas em debate aberto.

23.3 Está colocado na ordem do dia, assim, todo um esforço no sentido de, afastando o sectarismo que entende toda divergência como alguma coisa que deve ser abatida, compreendermos a importância da explicitação de posições e do debate em torno delas. Isto tendo como preocupação o avanço do movimento, o aprendizado político dos ativistas e dirigentes e a superação de eventuais posturas oportunistas que se manifestam na conhecida expressão "não vou me queimar"... Enquanto, literalmente, o movimento vai para as "cucuias".

24. A paralisação também deixou clara a necessidade de avançarmos na democratização das instâncias da CUT e no "azeitamento" dos mecanismos de ligação CUT/Sindicatos. Em todo este processo, confiada na efetiva legitimidade de que desfruta, a executiva nacional parece haver caído na ilusão de "dirigir a greve por telefone", repetindo desvios do movimento sindical dos anos cinquenta/sessenta. Urge que a direção da CUT tome consciência da necessidade de estabelecer formas de consulta regulares – tanto mais frequentes quanto os momentos o exijam – com as CUTs Estaduais e Regionais, inclusive forçando o funcionamento ordinário destas instâncias e exigindo posição de instância; vale dizer, coletivas. Da mesma maneira cabe reforçar mecanismos gerais de consulta à base da central: os sindicatos, associações, oposições, etc. É desta forma que não apenas se ampliará a democratização, como fará com que a direção da nossa central caminhe sempre sobre um terreno minimamente seguro.

24.1 Ainda no que diz respeito ao fortalecimento e democratização da CUT, cabe encarmos seriamente o seu lema de fundação: "a CUT pela Base". É necessário que o processo de filiação das entidades de base somente seja aceito mediante amplo e profundo esclarecimento e participação das categorias. É preciso que se supere a prática de filiações apressadas e sem envolvimento/e consulta adequada às bases, só para "mostrar serviço" e provar "combatividade". É preciso que não compactuemos com aqueles que confundem o trabalho de construção da CUT com "marketing político". Isto é, aos que limitam o trabalho efetivo e fortalecimento da entidade à mera divulgação do seu logotipo nos boletins e jornais.

XI. CONSEQUÊNCIAS DA DERROTA PARA A CUT E A CGT

25. Se é evidente que a derrota da greve fortaleceu, ao menos momentaneamente a vertente sindical representada por Magri e Medeiros, é notório que ela implicou em consequências diferentes para as duas centrais que disputam a hegemonia do movimento sindical. Enquanto na CUT os problemas e erros que se verificaram vão servir para aprofundar e aprimorar a sua prática, o processo mesmo de participação, a postura do PCdoB e o fortalecimento do "novo visual do peleguismo" levaram para o interior da CGT uma crise de proporções e consequências que ainda não podemos dimensionar.

25.1. Num aspecto, esta crise decorre das posições políticas que o PCdoB vem assumindo em oposição à "nova república" e, noutro, abriu-se uma temporada de disputa em torno da liderança da CGT. Aqui, objetivamente, Joaquinção deixa de reinar de modo incontestável. Se a vitória da chapa de maioria cutista nos metalúrgicos do Rio de Janeiro deteve ou esfriou o projetado congresso de expulsão do PCdoB e de redefinição do papel de Joaquinção, as feridas foram abertas.

25.2. Em face da crise da CGT e da política de "depuração" que Magri e Medeiros almejam implementar, cabe à CUT passar à ofensiva no sentido de atrair as forças historicamente comprometidas com a luta dos trabalhadores existentes dentro da CGT, como forma de esvaziar esta central e visando caminhar no rumo da construção de uma CUT em que setores classistas e combativos efetivamente hegemonomizam a maioria do movimento sindical.

25.3. É necessário ressaltar que, quando falamos de "forças historicamente comprometidas com os trabalhadores", não estamos nos referindo a consequência; àquilo que consideramos uma postura justa na luta de classes, mas daquelas forças que, apesar dos seus equívocos, dentre os quais o reformismo e o reboquismo, se disponham a levar à frente os princípios da nossa entidade. Entendemos, enfim, que este é não só o nosso papel, como é a forma concreta, hoje, de marcharmos para uma central *efetivamente* única, ampla, combativa e democrática.

XII. ALGUMAS PALAVRAS SOBRE O NOVO PELEGUISMO E COMO COMBATÊ-LO

26. O fortalecimento e a ofensiva em que se lançam Medeiros e Magri no sentido de afirmar a sua concepção e prática sindicais e com elas situarem-se como alternativa ao sindicalismo encarnado pela CUT, recolocam questões que todos os que assumimos a perspectiva da transformação revolucionária da nossa sociedade temos que levar em conta. Trata-se de saber o que é essa visão e essa prática, o seu significado na luta de classes, se tem base de massa organizada e (em caso positivo) quais as suas características. Mas é necessário também nos indagarmos sobre qual é o fôlego que esse tipo de sindicalismo tem para se firmar no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, particularmente, na atual conjuntura, como uma referência para os trabalhadores.

27. A "teorização" dessa concepção sindical, além dos elementos apontados anteriormente neste texto, parte do pressuposto de que o capitalismo está consolidado no Brasil. Desta premissa ela conclui que aos trabalhadores não cabe lutar para superar revolucionariamente o "status quo", mas de jogar para expandir e desenvolver o modo de produção aqui vigente e dominante para que haja mais empregos e melhor distribuição de renda. Tratar-se-ia, inclusive, de fazer coro com a grande burguesia em sua cruzada contra o "leviatã estatal". Assim, "nada de estatizações"! "Viva a sacrossanta livre iniciativa"! "Que seja bem vindo o capital estrangeiro com seu aporte de capital e de tecnologia"!

27.1. No mais, o que interessaria aos trabalhadores seria "dinheiro no bolso"! Nada de lutar para que as reivindicações históricas do movimento sindical sejam incorporadas à Constituição. A luta por estabilidade e por redução da jornada semanal de trabalho para 40 horas, tendo como objetivo incorporá-las ao novo texto constitucional seria mera demagogia de políticos eleitores; de "jôqueis intelectuais" que, no dizer delfiniano, "galopam sobre os trabalhadores para atingir objetivos inconfessáveis". Estas reivindicações seriam conquistadas pela via da "livre" negociação entre patrões e empregados. Isto, obviamente, de acordo com as condições de produtividade e rentabilidade de cada ramo da economia. Vale dizer, dividindo as forças dos trabalhadores.

27.2. Essas e outras posições encontráveis nas longas, ilustrativas e reveladoras entrevistas, concedidas à sempre mui receptiva imprensa burguesa, marcam a profunda identidade (no plano imediato e ao nível estratégico e ideológico) com aquelas externadas por todo os líderes empresariais vinculados ao grande capital nacional e estrangeiro. Identidade essa que, como é natural, só poderia se concretizar no plano da compreensão do lugar e do papel da prática sindical e, pois, dos sindicalistas.

27.3. A visão que a dupla M/M expressa NÃO vai no sentido da autonomia das entidades sindicais face os partidos mas da "apartidarização" dos dirigentes sindicais. Naturalmente, esse apartidarismo não é tão absoluto assim. Ele se restringe àqueles sindicalistas que mantenham quaisquer laços (ainda que difusos) com um ponto de vista historicamente proletário. Eis que os referenciais dessa concepção na mesma medida em que combatem virulentamente e por todos os meios os ativistas ligados ao PT, ao PCdoB, alguns do PDT e do PCB sentam-se confortavelmente na mesma diretoria ao lado de certos militantes do PCB e de outros partidos, desde que estes concordem com sua prática e com sua verborrêia demagógica.

27.4. O modelo de dirigente sindical que os portadores dessa concepção parecem querer fixar no Brasil é aquele que veio se construindo nos EUA, sobretudo após a depressão do início dos anos 30. Qual seja, a de dirigentes sindicais que compreendem o seu papel não como uma missão, como instrumento da categoria para levar adiante a luta comum, mas como uma profissão e uma profissão dentro do espírito inculcado pela ideologia das classes dominantes. Uma profissão que precisa ser preservada a qualquer custo e na qual o que importa é vencer; vale dizer, derrotar os "concorrentes" (mesmo os que professam a sua visão de mundo) e subir na escala hierárquica.

27.5. A prática de Medeiros e Magri avança no sentido de organizar bases nos locais de trabalho, fornecendo-lhes inclusive a formação político-sindical compatível com as exigências deste tipo de sindicalismo. Mais do que isso, eles vêm formando curriolas capazes de buscar neutralizar eventuais oposições e vozes discordantes dentro da categoria e nos fóruns de deliberação das entidades. Isto fica claro nas assembléias promovidas por Magri e ficou evidenciado na recente Assembléia de Abertura da Campanha Salarial dos Metalúrgicos de São Paulo, quando a oposição foi impedida de falar pela manifestação orquestrada das bases de Medeiros.

27.6. Todos estes elementos caracterizam um tipo de dirigente e de prática sindicais: o peleguismo. Todavia, seria enganoso pensarmos isto a partir de uma noção congelada deste conceito. Trata-se de um peleguismo adaptado aos dias e às exigências de hoje. Seria extremamente perigoso do ponto de vista da luta político-ideológica contra essa concepção trabalharmos com a ingênua identificação peleguismo/imobilismo. Este sindicalismo, apesar da sua identidade político-ideológica com a burguesia, apesar de ser em termos práticos a voz das classes dominantes no meio operário, mobiliza suas bases, não perde o contato com as reivindicações corporativistas imediatas da categoria e é inclusive capaz de confrontos e greves contra o patronato, sem se descaracterizar enquanto uma concepção burguesa de fazer sindicalismo. No caso específico da dupla M/M é importante inclusive ter em conta a sua competência e capacidade política.

27.7. A particularidade que distingue e caracteriza o peleguismo tradicional é precisamente o imobilismo. Ele se consolida como recurso e sob a proteção da ditadura do "Estado Novo" na qualidade de agente do estado e das classes dominantes para controlar as reivindicações operárias. Isto pressupõe o recurso a todo tipo de ação para impedir a luta dos trabalhadores. O pelego tradicional é basicamente um "burocrata" que não hesita em exercer o papel de agente policial. Recorrendo quase sempre à delação para afastar da luta os trabalhadores mais ativos. Não é casual, portanto, que esta figura retorne com todo peso no período que se seguiu à instalação da ditadura militar. Que o diga Joaquinção!... O novo visual pelego, assim, é produto de um momento histórico distinto. Ele aparece como exigência de uma época em que a coerção e a repressão policial-militar aberta, como forma de dominação, cede terreno às exigências da ação política e da cooptação, preponderantemente. Observe-se, inclusive, o traço populista que Magri/Medeiros incorporam em seu discurso.

28. O fato de um dos baluartes desse sindicalismo estar encastelado no principal sindicato de operários do Brasil e da América latina dá a dimensão a um só tempo dos danos e dos obstáculos que isto representa para o avanço da luta pela efetiva libertação do proletariado brasileiro. Isto dá conta da gravidade dos equívocos daqueles que, por principismo, sectarismo, oportunismo e incompetência política deram a sua contribuição para a derrota da oposição nas últimas eleições à diretoria desse sindicato.

29. É ingenuidade supor que esse "neo-peleguismo" é uma moda passageira. Ele é um fenômeno que tem raízes no estágio atual de desenvolvimento capitalista no Brasil. Ele não apenas organiza bases, como seu discurso atrai contingentes nada desprezíveis dos trabalhadores. É que os interesses que ele diz defender e a mensagem que veicula corresponde ao nível de consciência de segmentos ponderáveis

da classe operária e dos oprimidos. Dai, por exemplo, o seu peso nas pequenas e médias metalúrgicas de São Paulo.

30. Importa verificarmos se este tipo de sindicalismo, nas condições concretas da nossa formação econômico-social, tem fôlego para se afirmar como um referencial alternativo de massas ao encarnado pela CUT. A resposta a este problema depende, entre outras, de duas ordens de questões. Em primeiro lugar, do nível de enraizamento do sindicalismo classista no meio das classes trabalhadoras e da capacidade que tenha a CUT de esvaziar a CGT daquelas correntes sindicais que tenham em perspectiva os interesses dos trabalhadores. Em segundo lugar, da capacidade que tenham a burguesia e o "neo-peleguismo" de articularem suas ações, de tal maneira que esta corrente sindical seja contemplada sempre com algumas migalhas a mais, em relação àquilo que a CUT conquista. Aqui joga peso decisivo a relação FIESP/Metalúrgicos de São Paulo e FIESP X Metalúrgicos da CUT.

A nossa opinião é a de que o nível de enraizamento e a legitimidade de que a nossa central já desfruta no meio do trabalhadores, apesar das limitações e debilidades atuais, são obstáculos às pretensões do "novo visual pelego". Vão no mesmo sentido, a conjuntura recessiva e os superiores níveis de produtividade e rentabilidade das indústrias localizadas no ABC - elemento que dificulta maiores concessões aos metalúrgicos da capital comparativamente aos do ABC. Entretanto, a dispersão em que se encontra o conjunto da oposição metalúrgica de São Paulo, as reservas econômicas e capacidade de manobra da burguesia são fatores que, por um lado, podem favorecer a vida de Medeiros no interior da categoria, e de outro, podem fazer com que a FIESP jogue no sentido de conceder alguma coisa a mais aos metalúrgicos paulistanos, de modo a facilitar a capitalização do pelego junto a outras categorias. É por este último aspecto, inclusive, que Medeiros rejeita a campanha salarial unificada com outras categorias de mesma data-base.

31. Portanto, o combate a esse sindicalismo é algo muito mais complexo do que a simples denúncia (muitas vezes incompetente) do peleguismo. É algo que requer que sejamos mais firmes e mais capazes do que os representantes dessa corrente sindicalista. Requer a superação da dispersão, bem como exige a unidade de ação da oposição metalúrgica em todos os espaços da categoria, inclusive, na participação das atividades promovidas pelo sindicato. Atividades às quais devemos comparecer sempre com propostas que efetivamente coloquem as massas em movimento e que correspondam aos sentimentos e ao nível de consciência da categoria.

31.1. Toda esta ação deve estar articulada com a CUT, que, por sua vez, não deve vacilar em propor campanhas salariais unificadas. MAIS DO QUE NUNCA ESTÁ COLOCADA A NECESSIDADE DE COMPREENDEREMOS A QUESTÃO DA UNIDADE DOS TRABALHADORES COMO UM VALOR DE IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA PARA A LIBERTAÇÃO DO PROLETARIADO. MAIS DO QUE NUNCA ESTÁ POSTA A NECESSIDADE DE SUPERARMOS TODA A TAGARELICE DOUTRINÁRIA E ESQUERDISTA NO ENFRENTAMENTO DESTA QUESTÃO. É preciso discutir e intervir seriamente no sentido de não deixarmos a bandeira da unidade dos trabalhadores nas mãos de quem justamente divide e vai continuar jogando para dividir no próximo período, inclusive, em função da nova legislação sindical que está em discussão no parlamento burguês.

31.2. Dentro do atual contexto, portanto, a luta pela unificação das campanhas salariais é uma arma em nossa mão que tem um duplo gume apontado contra os inimigos de classe. Em primeiro lugar, aumenta o poder de pressão dos trabalhadores face o patronato. Em segundo lugar, diminui a margem de manobra de Medeiros, possibilitando-nos manter sobre ele uma marcação cerrada e acossando-o para impedir ou dificultar as suas negociações e traições.
